



ENTREVISTA

**AS CONTRIBUIÇÕES
DO ARQUIVO PÚBLICO
E DOS DOCUMENTOS
DE ARQUIVO PARA O
ACESSO À INFORMAÇÃO
NA PERSPECTIVA DAS
PESQUISAS DE
ANA CÉLIA RODRIGUES**

Alexandre Faben

Doutorando em Ciência da Informação no Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal Fluminense (PPGCI/UFF), professor no Departamento de Arquivologia da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES).



Ana Célia Rodrigues é professora do Departamento de Ciência da Informação e do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal Fluminense e líder do Grupo de Pesquisa Gênese Documental Arquivística, UFF/CNPq. Possui Pós-Doutorado pela Universidade de São Paulo (2015) e pela Universidad Carlos III de Madrid, Espanha (2013-2014), com bolsa CAPES. Doutorado (2008) e Mestrado (2003) em História Social pela Universidade de São Paulo. Graduação em História pelo Instituto Superior de Ciências, Letras e Artes de Três Corações (1988). Pesquisadora na área de Ciência da Informação, com ênfase em Arquivologia, atuando principalmente nos temas: diplomática, tipologia documental e identificação arquivística aplicadas à gestão de documentos e arquivos públicos.

Alexandre Faben: Sua atividade profissional é marcada pela atuação junto aos Arquivos Públicos, especialmente os municipais, refletindo a busca de soluções metodológicas para identificação dos documentos na implantação de políticas arquivísticas, temas que refletem também suas preocupações de pesquisa. Poderia nos contar como foi sua trajetória para estudar estes temas?

Ana Célia Rodrigues: Obrigada pela oportunidade de falar de tema tão pertinente e relevante para a nossa sociedade que são os arquivos públicos e seus documentos, necessários para garantir a informação que fundamenta a cidadania, o que justifica parcerias institucionais para estudá-los no contexto das políticas arquivísticas. A identificação de documentos para realizar tarefas nos programas de gestão de documentos e para o tratamento técnico de arquivos, reflete preocupações que marcaram minha trajetória profissional, primeiramente na carreira como Arquivista e posteriormente no âmbito acadêmico. Desde 1991 venho estudando a identificação de tipologia documental, experimentando sua aplicabilidade nos arquivos municipais de Ouro Preto (MG), Santos (SP), Campinas (SP), Campo Belo (MG) e no Programa de Gestão de Documentos do Estado do Rio de Janeiro (PGD-RJ). A oportunidade de realização de estágio no Arquivo Municipal de Alcobendas, na Espanha, em 1992, com Julia Maria Rodriguez Barredo, Arquivista do Grupo de Arquivistas Municipais

de Madrid assinala um importante momento deste percurso, por permitir um contato com a proposta de identificação de tipologia documental e os resultados alcançados pelos Arquivistas do grupo, além da possibilidade de consulta à literatura produzida sobre o tema, de difícil acesso no Brasil. Ao ingressar na carreira docente, no momento de implantação do Curso de Arquivologia da Unesp de Marília, senti necessidade de aprofundar a reflexão teórica e sistematizar este referencial metodológico, permitindo sua utilização como instrumento de articulação entre o ensino e a pesquisa em arquivística. Preocupações decorrentes também da necessidade de instrumentalizar os alunos para atuar profissionalmente e, ao mesmo tempo, incentivar o desenvolvimento científico, induzindo às pesquisas sobre o estatuto científico do documento de arquivo. Desde 2012, com a vigência da Lei de Acesso à Informação (LAI), o que se observa no campo dos arquivos públicos é a necessidade de pesquisas que permitam reconhecer adequadamente o documento de arquivo e sua natureza, como condição para acessar informações, temas abordados nas pesquisas que venho desenvolvendo na Universidade Federal Fluminense (UFF), com os pesquisadores do Grupo de Pesquisa Gênese Documental Arquivística, UFF/CNPq.

AF: Qual a maior dificuldade na implementação dos programas de gestão de documentos e de arquivos para o cumprimento da Lei de Acesso à Informação? Como vêm sendo discutidas estas questões nas pesquisas?

Ana Célia Rodrigues: Desde a entrada em vigor da LAI em maio de 2012, a demanda por documentos e informações que caracteriza o Estado brasileiro vem ampliando-se cada vez mais. Eu tenho estudado essa questão e acompanhado as discussões em níveis federal e, sobretudo, municipal. Com algumas exceções obviamente, as instituições públicas não dispõem de metodologia para reconhecer documentos e suas informações, em muitos casos desconhecem os documentos produzidos e acumulados nos arquivos e a maneira como preservá-los para garantir o acesso, o que vem causando impactos para a aplicabilidade da LAI no Brasil. É necessário chamar atenção para a importância dos arquivos organizados para viabilizar a gestão de documentos públicos e para o cumprimento da LAI. Os instrumentos de gestão de documentos são hoje as melhores ferramentas para garantir a aplicação da lei, pois permitem um controle do ciclo de vida dos documentos desde o momento da sua produção até a destinação final: eliminação ou preservação nos arquivos permanentes. São também instrumentos que garantem a transparência ativa, devendo as Tabelas de Temporalidade de Documentos incorporarem prazos de guarda associados à classificação do acesso, inovações introduzidas na metodologia do PGD-RJ, que se fundamenta na identificação arquivística.

Estas questões foram abordadas no âmbito do projeto Gestão de documentos, arquivos e acesso à informação: *identificação dos requisitos da transparência administrativa nos municípios da Grande Rio*, pesquisa financiada pelo Programa Jovem Cientista Nosso Estado/FAPERJ (2015-2019), que estuda a gestão de documentos e os arquivos como requisito para a aplicabilidade da LAI, contribuindo para gerar parâmetros para o estabelecimento de políticas de governo transparente no âmbito da administração pública

“Os instrumentos de gestão de documentos são hoje as melhores ferramentas para garantir a aplicação da lei, pois permitem um controle do ciclo de vida dos documentos desde o momento da sua produção até a destinação final: eliminação ou preservação nos arquivos permanentes”.

municipal do Brasil, em especial dos 21 municípios da Região Metropolitana do Rio de Janeiro. Os resultados indicaram a urgente necessidade de mobilizar parcerias entre a universidade, sociedade e Estado para a criação e desenvolvimento dos Arquivos Públicos nos municípios. O projeto contou com o apoio do Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ), da Câmara Setorial de Arquivos Municipais (CSAM), do Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro (APERJ), do Conselho Estadual de Arquivos (CONEARQ) e do Programa de Pós-Graduação em Memória e Acervos da Fundação Casa de Rui Barbosa (PPGMA/FCRB).



AF: *Qual a relevância da implementação de Arquivos Públicos para garantia dos direitos dos cidadãos?*

Ana Célia Rodrigues: O Arquivo Público é o órgão responsável pela implementação de políticas de gestão, preservação e acesso aos documentos e informações produzidos e recebidos pelos órgãos que compõem a administração pública local no exercício de suas funções e atividades, devendo atuar como órgão coordenador do sistema de arquivos e do programa de gestão de documentos. É importante considerar outro aspecto, pensando nos modelos de instituições quando são criadas, que o arquivo deve recolher mediante o estabelecimento de convênio, os documentos provenientes do Poder Legislativo e do Poder Judiciário, bem como acervos de origem

privada de organizações, pessoas ou famílias considerados de interesse público e social. Os Arquivos Públicos tem como público-alvo, em primeiro lugar, o administrador, que necessita de informações para o processo decisório e os cidadãos interessados em documentos de arquivo juridicamente válidos que comprovem direitos e deveres junto aos órgãos públicos; o pesquisador, que utiliza as fontes para análise dos comportamentos e eventos do passado e, finalmente, o cidadão comum, que não utilizando o arquivo para consultas de elementos testemunhais, busca construir conhecimentos sobre a história da comunidade em que está inserido. É necessário entender que a administração pública se organiza para satisfazer as demandas da sociedade, tendo em vista que todas as informações que fundamentam as ações dos órgãos públicos devem estar disponíveis para todos. É necessário, portanto, haver um controle efetivo da documentação, pois se o cidadão solicitar uma informação, o agente público deve conhecer o documento que preserva determinada informação e saber exatamente onde ela está, para que possa garantir o acesso. É preciso lembrar que o direito de acesso à informação trata-se de um dos direitos humanos fundamentais, previsto constitucionalmente, que pertence a todos e possibilita que os documentos e informações possam ser exigidos, recebidos e difundidos, questão que importa tanto do ponto de vista legal, como também do ponto de vista arquivístico. A administração pública deve perceber que acesso à informação e documento de arquivo são conceitos bastante relacionados. Nessa perspectiva, para que o órgão público atenda aos dispositivos da LAI é necessário que, primeiramente, ele compreenda e identifique os documentos que produz e acumula nos arquivos. Da mesma forma que os arquivos devem participar das políticas de transparência, razão pela qual se justifica transformá-los em eficientes órgãos prestadores de serviços de informação.

AF: *Como transformar os arquivos em instituições eficientes para garantir o acesso à informação?*

Ana Célia Rodrigues: A Lei de Acesso à Informação veio para mudar a cultura dos cidadãos do país, corroborando com as ações de transparência para fortalecer a democracia e contribuir com o debate sobre o combate à corrupção, para que os cidadãos participem ativamente da rotina da administração pública. Os documentos gerados no cotidiano da administração são públicos e, portanto, os cidadãos possuem direito ao acesso à informação registrada em seu conteúdo. Um ponto importante que a LAI estabelece é que deve haver capacitação do agente público para formular e aplicar os requisitos da lei, porque ele é o responsável pelo acesso. Como o cidadão realiza o controle social através do acesso às informações que demanda do poder público, às vezes não exercita essa cidadania por falta de conhecimento de onde encontrar determinada informação. Os documentos nascem para provar o ato da administração, pois registram de maneira particular as funções e atividades do órgão produtor, contribuindo para a transparência. Nenhum documento nasce para ser histórico, ele se torna com o passar do tempo, ele nasce a partir de imperativo legal/administrativo, como uma obrigatoriedade de registro da rotina. Assim, é necessário que sejam implantadas políticas arquivísticas, que envolvam a gestão de documentos e a sistematização dos arquivos, com metodologia que garanta o controle documental de maneira responsável, que permita eliminar os documentos desprovidos de informações que subsidiem as tomadas de decisões e preservar nos arquivos aqueles que tenham valor de guarda permanente, garantindo sua disponibilidade. A democratização do acesso à informação do passado e do presente é um dever do Estado e direito do cidadão, arquivos eficientes são espaços que promovem a garantia destes direitos.

“O Arquivo Público é o órgão responsável pela implementação de políticas de gestão, preservação e acesso aos documentos e informações produzidos e recebidos pelos órgãos que compõem a administração pública local no exercício de suas funções e atividades, devendo atuar como órgão coordenador do sistema de arquivos e do programa de gestão de documentos”.

AF: *Como a cooperação institucional, conceito nuclear nas atuais pesquisas do grupo, contribui para a implantação e desenvolvimento das políticas arquivísticas?*

Ana Célia Rodrigues: A importância dos arquivos, da gestão de documentos e do acesso à informação, são abordagens que vêm sendo discutidas em pesquisas para viabilizar políticas arquivísticas no Estado do Rio de Janeiro, demonstrando a responsabilidade social da universidade na produção de conhecimento e na formação e capacitação de pro-

“Os documentos nascem para provar o ato da administração, pois registram de maneira particular as funções e atividades do órgão produtor, contribuindo para a transparência”.

fissionais para atuar neste contexto. A cooperação institucional viabiliza-se a partir de dois princípios que a fundamentam, o primeiro, através do estabelecimento de uma efetiva parceria nas relações, assumindo uma atitude de corresponsabilidade e diálogo sobre as questões que envolvem a criação de arquivos públicos e de programas de gestão de documentos; o segundo princípio é que através da participação ativa das pessoas envolvidas no grupo, que reconhecendo a importância dos arquivos, atuam na reversão de um quadro observado, sensibilizando cidadãos e governo sobre a necessidade de criar arquivos modernos e eficientes, como instrumento de apoio à administração e à preservação da memória local. Estes parâmetros foram aplicados no projeto de pesquisa *Identificação arquivística: utilizando a diplomática contemporânea como fundamento metodológico no Programa de Gestão de Documentos do Estado do Rio de Janeiro (PGD-RJ)*, financiado pelo Programa Jovem Pesquisador PROPP/UFF (2009-2013), parceria institucional do Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro (APERJ), Secretaria de Estado da Casa Civil (SECC) e a Universidade Federal Fluminense (UFF), para desen-

volver a metodologia de classificação e avaliação dos documentos das Secretarias de Estado da Fazenda (SEFAZ) e Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão (SEPLAC), experiência que transforma o APERJ em laboratório de pesquisa.

Neste momento, inicia-se o projeto de pesquisa aplicada *Um Arquivo Público Municipal para Niterói: gestão de documentos, acesso à informação e transparência na administração pública no horizonte da história e da cooperação regional do Leste Fluminense*, financiado pelo Programa de Desenvolvimento de Projetos Aplicados (PDPA), parceria institucional entre a Prefeitura Municipal de Niterói (PMN), a Universidade Federal Fluminense (UFF) e a Fundação Euclides da Cunha (FEC), com vigência 2020-2022, com objetivos de: lançar bases para a criação do Arquivo Público Municipal de Niterói, estruturando o setor de Arquivo Permanente (Histórico) e o Laboratório de Práticas Profissionais de Arquivologia e História; estabelecer diretrizes para implantação do Programa de Gestão de Documentos na Prefeitura Municipal de Niterói (PGD-Niterói), implementando procedimentos para o controle dos documentos públicos na Secretaria Municipal de Fazenda (SMF) e implementar ações de cooperação para implantação de Arquivos Públicos municipais e programas de gestão de documentos com os municípios do Leste Fluminense. O projeto se relaciona com o ODS 16 - Paz, Justiça e Instituições Eficazes da Agenda 2030 da ONU, gerando produtos científicos, procedimentos metodológicos e instrumentos técnicos. Espera-se que os resultados venham contribuir para sensibilizar os envolvidos na formação de parcerias que visem à aplicação de conhecimentos científicos para a formação de comunidades inclusivas e cidadãs e que o acesso à informação seja a base de sua participação social.

